

ATA NÚMERO 16/XIII/ 1.ª SL

Aos 3 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das Ata n.ºs 13 e 14.**

 2. **Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação [COM(2015)583].**
Relator: Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

 3. **Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 44/XIII/1.ª – “Solicita que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e o IUC (Imposto Único de Circulação) sejam passíveis de cobrança na nota de liquidação de IRS.”. (Relator cabe ao GP BE).**

 4. **Apreciação do relatório sobre leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas.**

 5. **Deliberações no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2016.**

 6. **Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes.**

 7. **Outros Assuntos.**
-
1. **Apreciação e votação das Atas n.º 13 e 14.**

Com uma emenda proposta pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), a ata n.º 14 foi aprovada. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu ainda introduzir uma alteração na ata n.º 13, cuja votação, desta forma, ficou adiada para a reunião da semana seguinte.

Ainda antes de entrar no ponto 2, a Senhora Presidente esclareceu que o Senhor Ministro das Finanças solicitou o adiamento da audição marcada para o presente dia, no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado, devido às reuniões a realizar com os GP's, de manhã, enquadradas na apresentação do próximo Orçamento do Estado (OE).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) notou que o Ministro das Finanças devia ter noção deste constrangimento, uma vez que a data de apresentação do OE era previsível. Compreendendo as vicissitudes do momento, considerou que deveria haver outro cuidado com o adiamento de audições.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) corroborou estas palavras, notando que, apesar de a apresentação do OE ser importante para a estabilidade política, é possível acautelar estes constrangimentos.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) lembrou que a entrega do OE é um processo dinâmico, recordando que esta é uma das mais rápidas entregas de OE de que há memória. Considerou que não há aqui nenhum incidente parlamentar e que haverá apenas um reajustar de calendário, sendo, neste ponto, secundado pela Senhora Presidente, que referiu tratar-se de um mero adiamento.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) recordou que as reuniões do Ministro das Finanças com os GP's fazem parte da prática parlamentar e o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) sustentou que o calendário atual não era previsível, dadas as negociações com a Comissão Europeia, no âmbito da apresentação do esboço de OE.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) defendeu que o calendário era previsível, até porque a entrega do OE estava prevista para dia 5 de fevereiro, sendo-o também as reuniões com os GP's. Reiterou que seria mais cordial efetuar o adiamento com maior antecedência. Sublinhou que, naturalmente, o processo orçamental é muito importante e que o CDS-PP tudo fará para facilitar o mesmo.

A Senhora Presidente interveio para esclarecer que o adiamento da audição foi solicitado no dia 1 de fevereiro, já após a hora de expediente, motivo pelo qual a COFMA foi informada apenas na manhã de dia 2.

2. Apreciação e votação do relatório sobre a iniciativa europeia Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação [COM(2015)583].

Relator: Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) apresentou o relatório por si elaborado, sintetizando a fundamentação e as conclusões do mesmo. A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) saudou o Senhor Deputado relator.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

3. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 44/XIII/1.^a – “Solicita que o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e o IUC (Imposto Único de Circulação) sejam passíveis de cobrança na nota de liquidação de IRS.”. (Relator cabe ao GP BE).

O GP BE indicou como relator da petição o Senhor Deputado Paulino Ascensão.

4. Apreciação do relatório sobre leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas.

A Senhora Presidente efetuou uma pequena contextualização do tema, sugerindo a elaboração de um relatório e a recolha de contributos dos GP's, tendo o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) solicitado o adiamento deste ponto. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), por sua vez, sugeriu que, uma vez que irá ser elaborado um relatório, seja designado um relator, seguindo-se a grelha do método de Hondt usada para a distribuição de iniciativas legislativas. O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) concordou e a Senhora Presidente informou que caberia ao GP BE indicar o relator, tendo o GP PS, após acordo com o GP BE, assumido essa responsabilidade.

5. Deliberações no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2016.

A Senhora Presidente propôs grelhas de tempos para as audições, no âmbito do que foi a prática da Comissão na anterior legislatura, bem como o prazo para requerer avocações de normas para discutir em Plenário. Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade (em anexo à presente ata, as grelhas de tempos aprovadas na COFMA).

Relativamente à concessão de audiências, o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) sugeriu que ficasse clarificado quem preside às mesmas e a que horas, normalmente, se efetuarão as mesmas, lembrando a prática da legislatura passada. A Senhora Presidente informou que as audiências ficarão a cargo dos Vice-Presidentes da COFMA, fora do plenário da Comissão, caso concordem.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), enquanto Vice-Presidente da Comissão, manifestou a sua concordância, sem deixa de notar que não pretende que todo o tempo seja consumido nas mesmas. Sugeriu que esta questão seja debatida pela mesa. A Senhora Presidente sublinhou que os Senhores Deputados deverão ter uma noção do que fica definido relativamente às audiências.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) enfatizou que as audições deverão ter prioridade sobre as audiências, após o que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) frisou que é muito importante, principalmente

para os GP's com menos Deputados, que as audições e as audiências não se sobreponham, deixando à Senhora Presidente e aos Vice-Presidentes da COFMA a gestão das audiências.

6. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 7/XIII/1.ª (GOV) - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2015/121, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE do Conselho, de 30 de novembro de 2011, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes

A redação final da iniciativa legislativa em apreço foi aprovada sem votos contra.

7. Outros Assuntos.

A Senhora Presidente deu conta da indicação da Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) e do Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS) para fazer parte da delegação da AR às jornadas parlamentares da OCDE.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionou a mesa sobre a publicação referente à Conferência sobre a dívida pública, efetuada em dezembro de 2014, tendo a Senhora Presidente informado que a mesma se encontrava em edição e que os serviços diligenciarão por saber se há uma data prevista para que a mesma esteja disponível.

A reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de fevereiro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 27 de janeiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Álvaro Castelo Branco
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Duarte Pacheco
Hortense Martins
Ivan Gonçalves
Margarida Balseiro Lopes

Proposta de Lei /XIII/1.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2016

GRELHAS DE TEMPOS PARA AS AUDIÇÕES

(Ordem das intervenções – PSD; PS; BE; CDS-PP; PCP; PEV; PAN)

I) Membros do Governo

Exposição Inicial: Até 15 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- 8 minutos de resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 5 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- Acresce a possibilidade de 2 minutos por Deputado(a)
- Resposta conjunta (tempo igual à soma da totalidade das perguntas)

Terceira Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP
- 10 minutos para resposta final

II) ANMP e ANAFRE

Exposição Inicial: Até 10 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta conjunta de 10 minutos

III) CFP e CES

Exposição Inicial: Até 15 minutos

Primeira Ronda de perguntas:

- 8 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta individualizada

Segunda Ronda de perguntas:

- 3 minutos por Grupo Parlamentar e DURP, com resposta conjunta de 10 minutos

➤ Prazo para envio de requerimentos de avocação (via aplicação informática):

Até 30 minutos após a conclusão dos trabalhos da Comissão em cada dia de votações